



18 DE JUNHO DE 2015

Quinta-feira

- GERDAU LANÇA APLICATIVO PARA CALCULAR QUANTIDADE DE AÇO NECESSÁRIA NA OBRA
- INDÚSTRIA PODERÁ DEMITIR 9 MIL EM MINAS
- ABIMAQ ALERTA PARA RISCO DE 150 MIL CORTES NO PAÍS
- CNI QUER ESTIMULAR INVESTIMENTOS
- ZF NACIONALIZA EIXOS PARA MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO
- VOLVO PENTA NACIONALIZA MOTORES INDUSTRIAIS
- VENDAS INTERNAS DE AÇO ACUMULAM QUEDA DE 13,6% NESTE ANO
- PLANO PREVÊ CORTE DE 30% NA JORNADA E NOS SALÁRIOS
- REDUÇÃO DE JORNADA COMEÇA NA USIMINAS
- CONTRAN ADIA MAIS UMA VEZ A OBRIGATORIEDADE DE RASTREADORES
- BMW 1.5 HÍBRIDO 3 CILINDROS É 'MOTOR DO ANO 2015'
- ETHANOL SUMMIT DEBATE DESAFIOS DO SETOR SUCROENERGÉTICO
- GRUPO VOLKSWAGEN PREPARA REESTRUTURAÇÃO GLOBAL
- DILMA VETA TEXTO DO CONGRESSO, MANTÉM FÓRMULA 85/95 E PROPÕE PROGRESSIVIDADE
- MARCOPOLO, DE CAXIAS, DEMITE PELO MENOS 250 FUNCIONÁRIOS
- FUNDIÇÃO DA VOGES, EM CAXIAS, É NOVAMENTE INTERDITADA
- MÁQUINAS E CONSTRUÇÃO CIVIL JÁ AMEACAM DEMITIR 630 MIL
- CINCO PRINCÍPIOS BÁSICOS PARA QUALQUER INVESTIDOR DE SUCESSO
- INADIMPLÊNCIA DE MICROEMPREENDEDORES ATINGE 40%, DIZ GOVERNO
- 11 MIL BRASILEIROS DEIXARAM SELETO GRUPO DE MILIONÁRIOS EM 2014
- INFLAÇÃO DO ALUGUEL GANHA FORÇA EM 2ª PRÉVIA DE JUNHO, MOSTRA FGV

- SIDERÚRGICA DEFENDE SEU MERCADO AUTOMOTIVO DA INVASÃO DO ALUMÍNIO
- NOVO CÓDIGO MINERAL PREVÊ TRIBUTAÇÃO VARIÁVEL
- FIAT DARÁ FÉRIAS COLETIVAS A 12 MIL FUNCIONÁRIOS EM BETIM EM JULHO
- RECESSÃO DO MERCADO DE CARROS CHEGA AO INTERIOR

CÂMBIO EM 18/06/2015		
	Compra	Venda
Dólar	3,038	3,039
Euro	3,461	3,462

Fonte: BACEN

Gerdau lança aplicativo para calcular quantidade de aço necessária na obra

18/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A Gerdau, empresa com três plantas em Minas Gerais, líder no segmento de aços longos nas Américas e uma das principais fornecedoras de aços especiais do mundo, lançou com exclusividade para o mercado brasileiro dois novos aplicativos para facilitar a rotina dos consumidores: Gerdau Catálogo de Cercas e Gerdau Catálogo de Produtos.

Os dois aplicativos já estão disponíveis, gratuitamente, para plataformas Android e iOS e poderão ser usados em *tablets* e *smartphones*.

O Gerdau Cálculo de Cercas indica a quantidade exata de produtos da marca que o cliente precisará para montar sua cerca, com base na metragem e nas características do terreno.

O aplicativo também destaca os diferentes produtos e soluções da empresa voltados exclusivamente para a construção e manutenção de cercas, tais como arame ovalado, arame farpado, grampos, balancins, arame para arremate, alambrados, mourões de aço e outros componentes.

Já com o Gerdau Catálogo de Produtos, o consumidor poderá acessar remotamente a linha completa de produtos oferecidos pela companhia para os segmentos da construção civil, indústria e o agronegócio.

A ferramenta também permite consultar especificações e aplicações, tabelas técnicas com pesos e medidas e manuais com instruções de uso que auxiliam na busca das soluções mais adequadas para a demanda do usuário.

Indústria poderá demitir 9 mil em Minas

18/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

O fim da desoneração da folha de pagamento de alguns setores, cujo projeto está pronto para ser votado no plenário da Câmara dos Deputados, deverá agravar a crise instalada na indústria nacional de máquinas e equipamentos.

Somente em Minas, a mudança poderá provocar a demissão de 9 mil trabalhadores até o fim deste ano, o equivalente a um terço do total de empregos diretos gerados pelo setor no Estado.

Diante desse cenário, os empresários do segmento vão lançar, na próxima quarta-feira, um Comitê de Gestão da Crise, com o objetivo de pressionar o governo federal e, ao mesmo tempo, estudar medidas que amenizem os impactos do ajuste fiscal no faturamento da atividade.

A reação dos industriais foi decidida em reunião entre representantes da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) e o Sindicato Nacional da Indústria de Máquinas (Sindimaq).

"Nós entendemos que a situação está ficando incontrolável. Se nada for feito, as empresas vão à falência mesmo", alerta o diretor regional da Abimaq, Marcelo Veneroso.

No País, o setor deverá cortar cerca de 150 mil dos 240 mil postos de trabalho diretos existentes. O volume de demissões é fruto de uma produção menor em alguns casos e do fechamento de empresas, em outros. Ainda não há números fechados, mas a falência de indústrias do ramo no Brasil e em Minas já é uma realidade, segundo Veneroso.

Há casos de empresários que estudam, inclusive, levar seus negócios para outros países, que apresentem menores custos de produção, em vez de deixarem a atividade. Até o momento, as empresas estavam sentindo os efeitos de uma economia pouco demandante em época de baixo crescimento econômico.

E como os demais setores estão apresentando resultados negativos, a venda de máquinas e equipamentos seguiu a mesma tendência em todo o País. Além disso, o segmento de óleo e gás, grande consumidor dos produtos nacionais, também passa por uma crise, em decorrência dos problemas de corrupção apontados na Petrobras, por meio da Operação Lava Jato.

Projeções - Somente essas questões já eram suficientes para fazer com que as projeções de faturamento do setor neste ano apontassem para queda de 14% em Minas Gerais e de 9% na média nacional.

Porém, o possível retorno das alíquotas cobradas na folha de pagamento deverá agravar esse quadro, na visão dos empresários da indústria de bens de capital.

Segundo Veneroso, a estimativa é que os custos das empresas sejam aumentados, em média, em 6%, em um período no qual a produção está em baixa. "O governo pensa em penalizar ainda mais uma indústria que já está em processo de demissão. Para empresas que necessitam de mais mão de obra, a diferença nos custos é ainda maior do que os 6% médios que estimamos", afirma.

Por isso, está sendo criado o Comitê de Gestão da Crise. A ideia é buscar outras alternativas para serem apresentadas ao governo federal e até mesmo adotar medidas que amenizem o sufoco dos empresários da área.

O grupo integrante do comitê ficará responsável ainda pelo esclarecimento aos empresários das mudanças práticas que a medida governamental implicará nas empresas.

"Queremos conscientizar o governo que a saída para aumentar a arrecadação não é elevando a taxaço. E sim estimulando a produço. Uma maior taxaço sob a mão de obra é a gota d'água para nós.

Fica bem claro que o governo não se preocupa com o setor produtivo do País", reclama

Abimaq alerta para risco de 150 mil cortes no País

18/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A reversão da desoneração da folha de pagamento para a indústria de transformação, se aprovada pelo Congresso Nacional, deverá provocar a demissão, no País, de 150 mil trabalhadores no setor de máquinas até o fim deste ano, afirmou ontem o presidente da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Carlos Pastoriza.

Segundo ele, o setor tem 350 mil empregos diretos e o número a ser cortado superaria o total de funcionários de toda a indústria automotiva (112,2 mil funcionários em maio).

"O que vai acontecer é que, com essa confluência de juros absolutamente extorsivos, com Selic a quase 14%, que cauteriza qualquer vontade de investir, somada agora a essa reversão das desonerações, vai ser uma pá de cal. Vamos começar a demitir de forma brutal", afirmou o executivo.

De acordo com o presidente da Abimaq, se contabilizados os empregos indiretos gerados pela indústria de máquinas e equipamentos, o número de demissões neste ano chegará a 800 mil trabalhadores.

Pastoriza criticou o relatório do líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani (RJ), que prevê recomposição menor das alíquotas de desoneração para as áreas de comunicação social, transportes, alimentos da cesta básica e *call centers*.

"Isso foi politicagem pura", disse. Inicialmente, o governo federal era contra a proposta de Picciani, mas teria cedido e aceitado flexibilizar alguns itens da proposta para evitar uma derrota durante a votação. O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, contudo, disse ontem desconhecer esses escalonamentos.

"São setores que não têm nenhuma razão técnica para receber o benefício (da desoneração) porque não sofrem concorrência dos importados", criticou o executivo.

Ele lembrou que, originalmente, a política de desonerações foi criada em 2011 para 12 setores da indústria de transformação para compensar a perda de mercado frente aos importados, em razão do chamado "custo Brasil" e do câmbio desvalorizado.

"Nessa época, a desoneração segurou empregos que deveriam ter sido cortados", ressaltou. A desoneração para os outros setores só foi incluída pelo Executivo posteriormente.

Dólar - Pastoriza destacou ainda que, mesmo acima de R\$ 3, o nível atual do dólar não tem ajudado a indústria. "A única vantagem foi em relação ao mercado americano, porque outras moedas asiáticas e o euro também se desvalorizaram (frente ao dólar)", disse.

Para ele, não adianta a moeda norte-americana estar valorizada se não há "juros civilizados". Segundo o executivo, a Selic a quase 14% causa duplo mal-estar para a indústria: atrai o capital especulativo que mantém o dólar artificialmente baixo e inibe investimentos produtivos.

"Sem *swap* e com juros menores, o dólar certamente subiria a mais de R\$ 3,5", afirmou o presidente da Abimaq.

CNI quer estimular investimentos

18/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) promove hoje o encontro Cooperação Regulatória Brasil-EUA. Com representantes do governo brasileiro e do governo dos Estados Unidos, serão discutidas, entre outros pontos, formas para promover o aumento da cooperação regulatória entre os dois países e, assim, facilitar os investimentos.

Um dos pontos de referência a serem apresentados no debate de hoje é o estudo "Qualidade regulatória: como o Brasil pode fazer melhor", preparado pela CNI, que condensa resultados de uma pesquisa com 19 órgãos do poder regulatório no País e recomendações da confederação para o setor.

O documento da CNI cita, por exemplo, que o planejamento regulatório não é formalizado no Brasil. "Não há disposições legais que sustentem a presença das práticas de planejamento regulatório. A Casa Civil da Presidência da República coordena as iniciativas políticas do governo federal, mas não há nenhum mecanismo para assegurar a coordenação em termos de intervenções regulatórias individuais", cita o material.

O estudo aponta que o governo federal não prepara antecipadamente uma lista de políticas ou questões regulatórias a serem discutidas no âmbito do Executivo ou com o Legislativo. Outra conclusão obtida foi que as instituições raramente questionam os impactos regulatórios com as empresas afetadas.

Linguagem - Outra sugestão é reforçar esforços, por parte das instituições da área de regulação, para simplificação da linguagem. "Além da publicação, a acessibilidade depende da forma pela qual as regras são escritas. Usar linguagem simples é uma poderosa via para isso", cita o estudo.

Há também pontos positivos no documento. "Citado, por exemplo, que apesar de não ser formalmente exigido as instituições reguladoras tendem a realizar consultas de modo sistemático. "No Brasil, a consulta pública e as audiências públicas não são obrigatórias para toda a administração federal.

No entanto, por serem amplamente reconhecidas como duas técnicas cruciais para inclusão dos pontos de vista das partes interessadas, ambas tornaram-se práticas comuns entre várias instituições reguladoras", menciona o trabalho.

O estudo consolidado pela CNI ressalta, entretanto, que os métodos de consulta variam significativamente.

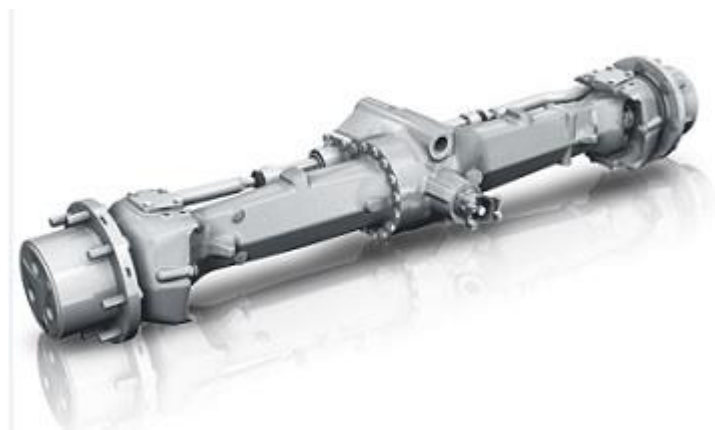
No grupo de instituições que foram analisadas pelo estudo da confederação estão as agências reguladoras federais, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Também foram avaliados órgãos como a Superintendência Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO).

Outro grupo de 12 membros setoriais da CNI trabalhou na validação dos resultados. A íntegra do estudo está disponível para consulta, na internet.

ZF nacionaliza eixos para máquinas de construção

18/05/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A ZF irá nacionalizar a produção dos eixos Multisteer MS-B 3000 e Multitrac MT-B 3000. A nova linha de produção será instalada na fábrica de Sorocaba (SP) e será destinada exclusivamente ao setor de construção. O início da operação está previsto para o terceiro trimestre deste ano.

“A quantidade de solicitações por conteúdo local foi um fator decisivo para que a ZF localizasse os eixos, que até então eram produzidos por outras plantas da empresa no exterior”, informa Silvio Furtado, diretor da Unidade de Tecnologia Industrial na América do Sul. A produção já trabalha em regime de pré-série.

Paulo Vecchia, gerente de Vendas, Pós-Vendas e Projetos, explica que o setor de construção representa o mercado de maior demanda de eixos no Brasil, com volume de produção aproximado de 10 mil retroescavadeiras por ano, o que significa demanda anual de 20 mil eixos, entre dianteiros e traseiros.

Com a nacionalização das linhas de eixos - que foi exposta na semana passada durante a M&T Expo 2015 -, a ZF espera estimular os negócios no segmento de máquinas de construção, setor em que a empresa apresenta significativo portfólio de soluções.

Além disso, a ZF pretende alavancar a participação de eixos ZF no segmento de retroescavadeiras na América do Sul e atuar com outros produtos para o mercado de máquinas de construção.

Os novos eixos - A linha de eixos Multisteer MS-B 3000 foi desenvolvida para altos carregamentos em retroescavadeiras, suporta picos de cargas extremos durante paradas bruscas e mantém a precisão no esterçamento, mesmo enquanto carregado.

Tem torque de saída máximo de até 46.000 Nm, capacidades de carga dinâmica de até 10 toneladas e estática de até 22 toneladas. A aplicação destes eixos é ideal para máquinas

com motores de potência entre 70 kW (95 hp) e 80 kW (108 hp), de acordo com o modelo do equipamento.

Já a linha Multitrac MT-B 3000 está disponível para aplicação em retroescavadeiras de design tradicional, com eixo traseiro rígido. Os modelos foram desenvolvidos para suportar altos carregamentos e são equipados com freios multidiscos úmidos internos com alto torque de frenagem, ou com disco simples e caliper hidráulico.

Já o diferencial é disponibilizado com bloqueio hidráulico por meio do sistema Dog-Clutch ou através do sistema autoblocante multidiscos. Caracterizados pela fácil manutenção e longa durabilidade, os eixos da linha MT-B 3000 possuem torque de saída máximo que varia entre 65.000 Nm e 123.000 Nm, capacidades de carga dinâmica de até 9,5 t e estática de até 13 t.

Volvo Penta nacionaliza motores industriais

18/05/2015 - Fonte: Usinagem Brasil



A Volvo Penta vai fabricar motores industriais de 13 litros no Brasil. A produção local terá início no primeiro semestre de 2016 no complexo fabril do Grupo Volvo em Curitiba, no Paraná, que recebeu investimento de R\$ 10 milhões para comportar a nova linha. Um dos principais focos é o segmento de geradores de energia.

De acordo com Gabriel Barsalini, vice-presidente da Volvo Penta South America, a nacionalização dos motores industriais faz parte da estratégia de crescimento da marca no segmento de motores industriais na América do Sul.

Líder no segmento de motores marítimos de lazer no Brasil, desde 2012 a Volvo Penta está trabalhando na estruturação de sua área de motores industriais de grande porte no país.

“O Brasil é um mercado de grande potencial. A demanda por maior automatização nos segmentos agrícola, industrial e de infraestrutura gera um aumento da necessidade de geração de energia”, explica Barsalini. De acordo com o executivo, a grande vantagem da produção nacional é o acesso as linhas de financiamento do BNDES.

O mercado brasileiro de motores industriais de grande porte é estimado em cerca de 28 mil unidades por ano. “Nossa meta é ser o parceiro profissional preferido de empresas que atuam nos segmentos de energia, construção, agrícola, portos e mineração”, afirma João Zarpelão, diretor de motores industriais da Volvo Penta South America.

Para isso, a empresa aposta em relações comerciais com os principais fabricantes de equipamentos destes segmentos de mercados.

"Antes de iniciar a produção dos motores industriais no Brasil, fizemos um trabalho para formar uma rede de suporte aos nossos clientes, fundamental para oferecer um atendimento de qualidade e para o sucesso do negócio. E as distribuidoras da Volvo CE, possuem similaridade com negócios da Volvo Penta, o que nos dará ganho de escala", afirma Barsalini.

Pela robustez e baixo consumo de combustível, os motores Volvo Penta são indicados para aplicações que exigem alta disponibilidade e uso contínuo, como grandes eventos e operações de construção e mineração.

Vendas internas de aço acumulam queda de 13,6% neste ano

18/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

O mau momento econômico vivido no País mais uma vez jogou para baixo a comercialização de produtos siderúrgicos no mercado brasileiro, além de levar ao engavetamento de projetos em curso.

Com uma das menores taxa de utilização da capacidade instalada dos últimos anos, o setor já aposta em queda mais acentuada nas vendas internas do que os 8% previstos anteriormente, afirma o presidente-executivo do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes.

Entre janeiro e maio, foram comercializadas 8,2 milhões de toneladas, com queda de 13,6% em relação ao registrado no mesmo período de 2014. Segundo dados divulgados ontem pela entidade, em maio as vendas de produtos siderúrgicos atingiram 1,5 milhão de toneladas, com retração de 22,2% frente ao mesmo mês do ano passado.

O consumo aparente nacional alcançou 1,8 milhão de toneladas no mês passado, o que representou recuo de 22,7% frente a maio do exercício anterior. No acumulado do ano, foram consumidas no país 9,9 milhões de toneladas, ou seja, 10,9% menos do que no mesmo intervalo do ano passado.

Revisão para baixo - Com esses resultados em mãos, o IABr já decidiu rever para baixo as projeções para o fechamento do ano. Até o momento, as previsões divulgadas são de vendas acumuladas em 19 milhões de toneladas, volume 8% menor do que o registrado em 2014. Já para consumo aparente, o esperado era fechar em 22 milhões de toneladas, que significaria uma retração de 7,8%.

"Isso confirma a situação que o setor vem vivendo. A indústria de transformação como um todo vem passando por dois grandes problemas que se misturam, sendo um de ordem conjuntural e outro estrutural", afirma Lopes.

A justificativa conjuntural perpassa pelo baixo crescimento do País e de setores que são grandes demandantes de aço. Somente o mau desempenho da construção civil, máquinas e equipamentos e setor automotivo já significariam um grande baque para as siderúrgicas nacionais, uma vez que os três segmentos consomem cerca de 80% do aço produzido.

Demissões - A utilização da capacidade instalada hoje no setor está abaixo dos 70%, percentual bem mais baixo do que os 80% tidos como ideais e mais longe ainda dos 96% registrados na década de 90.

O uso de 70% do parque ainda não leva em conta as 20 unidades desativadas ou paralisadas no País. Em 12 meses, o setor quantifica a demissão de 11.188 funcionários e estimativas apontam para o corte de mais 3.955 postos neste ano.

Isso sem contar com os 1.397 contratos suspensos (*lay-off*). Pelo menos US\$ 2,1 bilhões em investimentos foram adiados, o que fez com que 7.194 vagas de trabalho deixassem de ser abertas.

Já na questão estrutural é incluída a baixa competitividade do País. Com uma das energias mais caras do mundo, juros e impostos altos, além de câmbio pouco favorável à exportação, o Brasil tem perdido espaço para os países concorrentes.

No caso do setor siderúrgico essa questão se agrava pela política agressiva da China, que é responsável pela produção de 450 milhões de toneladas das 700 milhões excedentes no mundo. "Uma concorrência extremamente desleal porque, quando uma empresa compete com uma siderúrgica chinesa, está competindo na verdade com o governo chinês", ressalta Lopes.

"Justamente por causa dessa concorrência desleal que dez grandes entidades representativas da indústria siderúrgica mundial, incluindo o IABr, estão pedindo aos governos que adotem medidas contra a política siderúrgica chinesa. "Uma preocupação grande é que a China atingiu o ponto máximo de consumo de aço.

Significa dizer que ou os asiáticos cortam a capacidade ou aumentam o nível de exportação", afirma. Como nada indica que haverá uma redução na produção chinesa, a realidade preocupa o mercado que terá os preços mais jogados para baixo.

Outro objetivo dessa união é protestar contra o fato de a China caminhar no sentido de ser reconhecida como economia de mercado, em 2016, pela Organização Mundial do Comércio (OMC). "Pelo menos em se tratando de mercado siderúrgico, se tem uma coisa que a China não é, é economia de mercado", afirma.

Exportação - Apesar de o consumo brasileiro de aço ter apresentado queda de janeiro a maio, as exportações de produtos siderúrgicos cresceram 41,6% em volume, ao atingir 4,5 milhões de toneladas. Foram US\$ 2,7 bilhões negociados, montante 13,1% superior ao registrado no exercício anterior.

Já a produção brasileira de aço bruto em maio foi de 3 milhões de toneladas, com alta de 3,1% na comparação com o mesmo mês de 2014. Em relação aos laminados, a produção de maio, de 1,9 milhão de toneladas, caiu 6,9% quando comparada a maio do ano anterior.

Plano prevê corte de 30% na jornada e nos salários

18/05/2015 - Fonte: O Estado de S. Paulo



A área técnica do governo fechou a proposta do programa de redução da jornada de trabalho e de salários, que deve sair até o fim deste mês como medida para controlar o aumento do desemprego na indústria. Pelo desenho proposto, ao qual o **Estado** teve acesso, a jornada seria reduzida em 30%, mesmo porcentual que as empresas cortariam do salário.

O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), porém, pagaria 15% do salário para o empregado. Para os empregadores, a redução nos custos seria da ordem de 30%. Para os trabalhadores, o salário seria cortado em 15% porque contariam com o complemento do FAT, fundo responsável pelos pagamentos do seguro-desemprego e do abono salarial.

A proposta, batizada de Plano de Proteção ao Emprego (PPE), é vista com simpatia pelo Planalto e, principalmente, pela equipe econômica. As discussões foram comandadas pela Casa Civil, com apoio técnico do Ministério do Trabalho.

Defensores da proposta consideram essencial colocá-la em prática para impedir o aumento do desemprego - a taxa de abril foi a maior em quatro anos.

O debate sobre o programa começou com a crise na indústria automobilística.

Grandes empresas ainda fazem lobby para que o governo aumente o percentual de redução da jornada e, conseqüentemente, do salário em até 50% (o FAT teria de bancar 25%).

Alemanha. O início do debate se deu há três anos, quando o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, fez a proposta. Um grupo formado por representantes do governo, de sindicalistas e de patrões foi à Alemanha para se informar.

Na Alemanha, boa parte da indústria e dos sindicatos concordam em reduzir a jornada de trabalho e os salários, em caráter excepcional e com prazo de validade, para permitir que a economia atravessasse a crise sem falências ou demissões.

O instrumento foi muito usado para combater os efeitos da crise econômica de 2008, mas já tinha sido usado nos anos 60 e 80.

A redução da jornada e do salário precisa ser aprovada em assembleias com os sindicatos para ser implementada. É o que diz a Constituição, que impede a redução de direitos trabalhistas, a não ser por acordos desse tipo.

Ficou decidido que o limite por trabalhador para a contrapartida do FAT será de R\$ 1.385,91 (parcela máxima que o fundo paga de seguro-desemprego). Na outra ponta, a redução não pode fazer com que o empregado ganhe menos que um salário mínimo (R\$ 788).

Trabalhadores afastados. Há um consenso entre patrões, empregados e governo sobre a importância da medida para conter o aumento das demissões, principalmente na indústria automotiva.

Atualmente, cerca de 25 mil trabalhadores estão afastados por lay-off (suspensão temporária dos contratos de trabalho), férias coletivas ou licenças remuneradas, como consequência da queda na produção de veículos.

A indústria automobilística é responsável pela geração de 1,5 milhão de empregos diretos e indiretos.

No lay-off, o contrato de trabalho é suspenso por cinco meses, que podem ser prorrogados. O empregado recebe o seguro-desemprego por cinco meses. No PPE, como o trabalhador continua empregado, há continuidade na arrecadação de contribuições trabalhistas e previdenciárias e impostos, que são pagos pelas empresas e pelos trabalhadores.

Para o governo, é mais vantajoso completar uma parte dos salários dos trabalhadores e continuar arrecadando impostos do que aumentar os gastos com o seguro-desemprego. Pressão no Congresso. A flexibilização das leis trabalhistas deve ser proposta por meio de Medida Provisória (MP), que teria efeito imediato.

O presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Luiz Moan, afirma que as montadoras e os sindicatos vão pressionar o Congresso para que a MP seja aprovada e a mudança passe a valer definitivamente.

"É um programa preventivo para evitar o desemprego, que fere a dignidade do trabalhador", diz Paulo Cayres, presidente da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT. "Deve ser uma espécie de socorro dos bombeiros, usado para apagar incêndios. Servir apenas para momentos como o de agora: a indústria está pegando fogo." A confederação reúne 85 sindicatos em todo o País. Os sindicatos representam quase 1 milhão de trabalhadores.

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, apoia a medida, embora tenha sugerido que a complementação do salário tenha como origem os recursos do adicional de 10% da multa do FGTS, pago pelas empresas em demissões sem justa causa.

De acordo com ele, os cerca de R\$ 3 bilhões arrecadados por ano poderiam ser usados para constituir esse fundo que seria acionado em momentos de crise sistêmica.

Ricardo Patah, presidente da UGT, diz que a terceira maior central sindical do País considera a proposta pertinente para evitar que demissões em massa da indústria automobilística causem impacto ao comércio e aos serviços - atividades de 70% dos sindicatos filiados à central.

Redução de jornada começa na Usiminas

18/05/2015 - Fonte: Diário do Comércio

Os trabalhadores da área administrativa da Mineração Usiminas S/A (Musa) aprovaram a proposta de redução da jornada de trabalho e salários apresentada pela Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S/A (Usiminas) no mês passado. No total, a medida deverá afetar cerca de 3 mil funcionários do conglomerado siderúrgico.

Em nota, a companhia informa que a medida, cuja data de efetivação ainda será definida, foi aprovada por mais de 90% dos trabalhadores da planta industrial, em Itatiaiuçu, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), e do escritório da mineradora na capital mineira. A decisão foi tomada em assembleias convocadas pelos sindicatos da categoria.

"Já nas usinas de Ipatinga, no Vale do Aço e Cubatão (SP), a Usiminas continua aberta às negociações com os sindicatos locais, visando preservar o máximo possível a sua força de trabalho", informa. Para a empresa, a proposta deveria ser avaliada pelos empregados diante da falta de perspectiva de uma recuperação mais consistente do mercado.

Tal como a mineração, afetada pela queda nos preços internacionais do minério de ferro, a situação do setor siderúrgico é delicada. "A indústria automotiva, consumidora de cerca de um terço do aço vendido internamente pela Usiminas, anunciou na semana passada que continua em retração", afirma.

Corte na produção - Além da redução da jornada, o grupo anunciou em maio o desligamento de dois altos-fornos nas unidades de Ipatinga e Cubatão. A siderúrgica deixará de produzir 120 mil toneladas de ferro-gusa/mês.

A Usiminas é a maior produtora de aços planos do País. A companhia tem capacidade instalada para 9 milhões de toneladas de aço bruto por ano em seus dois complexos siderúrgicos, em Ipatinga, no Vale do Aço, e Cubatão (SP).

As vendas consolidadas de aço da siderúrgica somaram 1,256 milhão de toneladas de janeiro a março. O volume é 12,6% inferior ao registrado no mesmo intervalo do exercício passado, quando atingiu 1,437 milhão de toneladas.

Em seu último balanço financeiro, a Usiminas anunciou prejuízo líquido de R\$ 235 milhões no primeiro trimestre ante um lucro de R\$ 222 milhões no mesmo intervalo de 2014.

Contran adia mais uma vez a obrigatoriedade de rastreadores

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business

O Conselho Nacional de Trânsito – **Contran** – decidiu em reunião na tarde da quarta-feira, 17, prorrogar para 1º de janeiro de 2016 o início do emplacamento eletrônico pelo Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos (Siniav) para que veículos nacionais e importados possam instalar a “tag Siniav”, mais conhecida como rastreadores de veículos.

Segundo comunicado divulgado na noite de quarta-feira, 17, pelo Ministério das Cidades, com o qual o Contran é vinculado, a instalação do sistema para o rastreamento da frota nacional obedecerá a um cronograma a ser estabelecido e que vai vigorar também a partir de 1º de janeiro do próximo ano.

O rastreamento tem como objetivo a prevenção, fiscalização e repressão ao furto e roubo dos veículos de passageiros e também de cargas no País. O sistema consiste na identificação dos modelos por radiofrequência, a partir de um dispositivo de identificação eletrônico instalado no veículo, que conta com estrutura estabelecida com antenas leitoras, centrais de processamento e sistemas informatizados de monitoramento.

O prazo para instalação do sistema já foi adiado várias vezes, a última há pouco mais de um ano, quando as montadoras fizeram pleito à presidente Dilma Rousseff.

BMW 1.5 híbrido 3 cilindros é 'Motor do Ano 2015'

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business



O motor BMW 1.5 de três cilindros híbrido, que combina propulsão a gasolina e propulsão elétrica, foi o vencedor da edição 2015 do Engine of the Year Award (Motor do Ano 2015), tradicional prêmio internacional no qual o júri formado por 65 jornalistas automotivos elege os melhores motores utilizados pela indústria global.

O bloco vencedor, que equipa o BMW i8, alcançou 274 pontos na avaliação geral, sete pontos à frente do segundo colocado, o motor Ford 1.0 turbo também três cilindros.

Com este resultado, a BMW desbancou a Ford, que venceu as três últimas edições do prêmio (. O mesmo motor da BMW venceu ainda nesta mesma edição as categorias 1.4 a 1.8 e Novo Motor, além de obter o segundo lugar na categoria Motor Verde.

“Esta é uma vitória apropriada para o que é um motor notável. O BMW i8 é um supercarro do futuro que está disponível hoje. Progressiva, emotiva e ambientalmente responsável, esta é uma criação que comprova que o transporte de amanhã pode ser muito, muito emocionante”, disse Dean Slavnich, co-chairman do International Engine of the Year Awards.

Confira os vencedores de cada categoria:

Melhor Motor – BMW 1.5 três cilindros híbrido (elétrico e gasolina)

Abaixo de 1 litro – Ford 1.0 três cilindros turbo

1.0 a 1.4 – PSA Peugeot Citroën 1.2 três cilindros turbo

1.4 a 1.8 – BMW 1.5 três cilindros híbrido (elétrico e gasolina)

1.8 a 2.0 – Mercedes AMG 2.0 turbo

2.0 a 2.5 – Audi 2.5 TFSI cinco cilindros turbo

2.5 a 3.0 – BMW M 3.0 seis cilindros biturbo

3.0 a 4.0 – McLaren 3.8 biturbo V8

Acima de 4 litros – Ferrari 4.5 V8

Motor Verde – motorização 100% elétrica da Tesla que equipa o Model S

Novo Motor – BMW 1.5 três cilindros híbrido (elétrico e gasolina)

Motor de Performance – Ferrari 4.5 V8.

Ethanol Summit debate desafios do setor sucroenergético

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business

A quinta edição do Ethanol Summit será promovida em São Paulo em 6 e 7 de julho, no Golden Hall do World Trade Center (WTC). Os organizadores esperam reunir 1.500 participantes para assistir quase uma centena de palestras, apresentações, discussões e debates que vão ocorrer em plenárias, painéis temáticos e cerimônias de abertura e encerramento, além de eventos paralelos.

Lançado pela Unica em 2007 e realizado a cada dois anos, o encontro reúne empresários, autoridades de diversos níveis governamentais, pesquisadores, investidores, fornecedores e acadêmicos do Brasil e do exterior.

BIOCOMBUSTÍVEIS

A conjuntura econômica e os desafios do setor sucroenergético na busca por maior competitividade para os biocombustíveis serão a pauta principal da plenária O Cenário Macroeconômico e a Busca pela Competitividade para as Energias Renováveis.

Essa atividade abrirá a programação do segundo dia do seminário, comandada por Antônio Delfim Netto, ex-ministro da Fazenda, da Agricultura e da Secretária de Planejamento da Presidência.

A apresentação de Delfim Netto será seguida de um debate entre especialistas no setor sucroenergético que vão participar do painel. Estão confirmados na sessão Ismael Perina, presidente da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, Antonio Carlos Zemm, presidente para a América Latina da FMC, e Luís Roberto Pogetti, presidente do Conselho da Copersucar e da Unica - União da Indústria de Cana-de-Açúcar.

Grupo Volkswagen prepara reestruturação global

18/05/2015 - Fonte: Automotive Business



O Grupo Volkswagen trabalha em ampla reestruturação para ganhar agilidade e flexibilidade globalmente. A companhia dará mais responsabilidade e poder de decisão às marcas e líderes regionais.

Dessa forma, a organização pretende oferecer respostas mais rápidas às transformações da indústria e do consumidor de cada mercado. Informações da agência Automotive News Europe apontam que o CEO do conglomerado alemão, Martin Winterkorn, comunicou a iniciativa a cerca de 10 mil funcionários durante reunião na sede da empresa em Wolfsburg na quarta-feira, 17.

“A Volkswagen ajustará seu modelo de tomada de decisão para o futuro”, teria declarado o executivo. O CEO não detalhou quais serão as medidas adotadas no processo de reestruturação, apenas enfatizou a meta de buscar o balanço ideal entre a centralização da liderança e a independência de cada área e região. Ainda assim, a publicação europeia indica que o plano inclui dividir o grupo em quatro holdings, com impacto nas 12 marcas.

Nessa nova organização, Volkswagen, Skoda e Seat serão comandadas por Herbert Diess, que deixou seu cargo no conselho de administração da BMW para se juntar à Volkswagen a partir de julho deste ano.

Outra mudança importante afetará o CEO da Audi, Rupert Stadler, que passará a comandar também a Lamborghini e a Ducati. Já Porsche, Bentley e Bugatti ficarão sob o guarda-chuva de Matthias Mueller, responsável hoje apenas pela Porsche. A área de veículos comerciais, que inclui Scania, será conduzida por Andreas Renschler.

A reestruturação pretende potencializar a atuação da companhia em alguns mercados promissores, como África do Sul, Rússia, China e Estados Unidos. Com isso, o objetivo é garantir que a companhia alcançará a meta de chegar à liderança global de vendas de veículos.

Os pontos fracos na gestão do grupo foram expostos em abril deste ano, quando Winterkorn se desentendeu com Ferdinand Piech, que até então era presidente do conselho de administração e deixou a companhia depois do episódio.

Dilma veta texto do Congresso, mantém fórmula 85/95 e propõe progressividade

18/05/2015 - Fonte: Agência Brasil

A presidenta Dilma Rousseff vetou, na noite de hoje (17), o texto aprovado pelo Congresso Nacional, que institui a fórmula 85/95 para cálculo das aposentadorias. No lugar do projeto do Congresso, o governo vai apresentar medida provisória MP que

mantém a fórmula e propõe uma regra de progressividade, com base na expectativa de vida do cidadão.

Em nota, o governo diz que a nova proposta "visa garantir a sustentabilidade da Previdência Social".

"A presidenta Dilma Rousseff veta o Projeto de Lei de Conversão 4/2015 e edita medida provisória que assegura a regra de 85 pontos (idade+tempo de contribuição para mulheres) e 95 pontos (idade+tempo de contribuição para homens), que fora aprovada pelo Congresso Nacional.

Ao mesmo tempo, introduz a regra da progressividade, baseada na mudança de expectativa de vida e, ao fazê-lo, visa garantir a sustentabilidade da Previdência Social", diz a nota divulgada pela assessoria do Palácio do Planalto.

Antes da decisão de Dilma, integrantes do governo se reuniram durante cerca de três horas para formular a proposta. Em seguida, ela foi apresentada às centrais sindicais pelo ministro da Previdência Social, Carlos Gabas.

Depois, Gabas, o ministro da Fazenda, Joaquim Levy, outras autoridades do governo foram ao Congresso Nacional, onde se encontraram com o presidente da Casa, senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

O ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Miguel Rossetto, divulgou nota dizendo que a decisão da presidenta "atende à reivindicação das centrais sindicais e a uma posição do Congresso Nacional". Ele disse ainda que "a Previdência tem que ser sustentável, a progressividade na regra 85/95 garante os direitos dessa geração e das gerações futuras".

Em nota, o presidente da Força Sindical, Miguel Torres, reagiu à proposta. Ele que o governo "demonstra sua total insensibilidade social, e mais uma vez perde uma ótima oportunidade de ampliar os direitos dos trabalhadores".

Torres ressaltou que "vai continuar e intensificar as mobilizações e lutas, inclusive no Congresso Nacional, trabalhando arduamente para derrubar o veto presidencial, que será apreciado em breve".

Esta semana o governo enfrentou a rejeição das centrais sindicais, quando promoveu um encontro para dizer que a aplicação da fórmula 85/95 deixaria Previdência Social "insustentável" a longo prazo.

Os representantes dos trabalhadores não ficaram satisfeitos com a explicação do ministro e fizeram uma vigília em frente ao Palácio do Planalto em defesa da fórmula 85/95.

No Congresso Nacional, o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), evitou comentar a decisão de Dilma. Se a ideia é boa, isso será avaliado pela reação dos parlamentares", declarou Cunha.

O governo dará amanhã (18), às 9h, uma entrevista à imprensa para detalhar a regra da progressividade.

Ler a íntegra da MP acesse o link:

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=18/06/2015&jornal=1&pagina=3&totalArquivos=104%3Cspan%20id=>

Marcopolo, de Caxias, demite pelo menos 250 funcionários

18/05/2015 - Fonte: Pioneiro



No início da desaceleração da indústria caxiense, as empresas pequenas e médias apresentaram as maiores baixas, já que contam com menos capital de giro e são mais sensíveis a baixas bruscas no volume de pedidos.

Agora, depois de mais de um ano de retração, empresas maiores também não estão conseguindo fugir das demissões, apesar de muitas estratégias para evitar o fechamento dos postos.

A Marcopolo, por exemplo, deu 20 dias de férias coletivas para os funcionários no final do ano passado. Em fevereiro, mais 10 dias foram concedidos no Carnaval. Depois disso, a empresa ainda flexibilizou a jornada de trabalho por seis meses, que vai até agosto.

Nesta semana, conforme informações recebidas pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos, Assis Melo, pelo menos 250 funcionários foram desligados pela baixa produção. No mercado, circulam dados de que esse número poderia ser maior, ultrapassando 300 demissões.

Boa parte dos desligamentos se concentraram em cargos de liderança e gestão, num esforço para ajustar o quadro funcional, já que a demanda por ônibus retornou ao patamar de cinco anos atrás. A fabricante tem hoje cerca de 8 mil trabalhadores.

De janeiro a maio deste ano, conforme o Simecs, 2.232 vagas foram fechadas no setor em Caxias. Para os próximos meses, as perspectivas seguem preocupantes. Segundo Odacir Conte, diretor-executivo do Simecs, junho deve encerrar com cerca de 800 postos de trabalho fechados.

Fundição da Voges, em Caxias, é novamente interdita

18/05/2015 - Fonte: Pioneiro



A fundição da Voges, em Caxias do Sul, foi novamente interdita por meio de liminar. A Justiça aceitou na noite de segunda-feira o pedido feito pelo escritório regional do Ministério do Trabalho e Emprego. Com isso, a fundição, no bairro Exposição, volta a ser parcialmente interdita. No dia 12 do mês passado, o Ministério fez a interdição

alegando que a unidade não respeitava condições de trabalho adequadas. Mas no dia 21 de maio, a empresa voltou a operar por causa de uma decisão judicial.

A 4ª Vara do Trabalho havia concedido à Voges 40 dias para finalizar as adequações solicitadas pelo órgão federal. Não concordando com a decisão, o ministério procurou a Justiça.

Pela tarde, fiscais do órgão farão uma vistoria para verificar se os setores da Voges com problemas estão mesmo parados. A interdição afeta diretamente 280 funcionários.

Máquinas e construção civil já ameaçam demitir 630 mil

18/05/2015 - Fonte: Folha de S. Paulo

Setores que terão elevação de tributo com a nova alíquota do programa de desoneração da folha de pagamento ameaçaram com uma avalanche de demissões nesta quarta-feira (17).

Apenas dois segmentos –máquinas e equipamentos e construção civil– projetaram o corte de 630 mil trabalhadores por causa da medida e da recessão da economia.

Até o fechamento desta edição, a medida estava em votação no Congresso. A redução dos benefícios gerados pela desoneração da folha de pagamentos é um dos principais pilares do ajuste fiscal promovido pelo ministro Joaquim Levy (Fazenda).

Os fabricantes de máquinas e equipamentos estimaram que vão demitir 150 mil pessoas no segundo semestre do ano.

O número representa 43% da força de trabalho do setor, que chega a 350 mil pessoas. Também é muito elevado em comparação com as 35 mil vagas fechadas pelo setor no último um ano e meio.

"É um descalabro. Estão matando e enterrando a indústria nacional", disse Carlos Pastoriza, presidente da Abimaq, entidade que reúne os fabricantes de máquinas. Ele afirmou que o grande volume de demissões se justifica porque muitas empresas devem fechar as portas.

O setor de máquinas, que foi incluído nas desonerações em 2012, paga hoje 1% do seu faturamento para a Previdência Social. Agora o governo está propondo elevar a alíquota para 2,5%.

Segundo Pastoriza, o aumento anula os benefícios que o setor recebeu. Ele calcula que, em média, a desoneração da folha de pagamentos represente um aumento de 2,5% na margem de lucro das empresas. Antes da medida, o setor pagava o equivalente a 20% da folha de pagamento para o INSS.

Na construção civil, a previsão é demitir 480 mil pessoas neste ano, o que significa 14% dos 3,3 milhões de empregos gerados pelo setor. Se a projeção se confirmar, o setor terá fechado 750 mil vagas em dois anos.

RECLAMAÇÃO

"Esse problema está sendo provado pela crise econômica, mas a redução da desoneração da folha agrava a situação", diz José Romeu Ferraz Neto, presidente do Sinduscon-SP.

Os empresários reclamaram duramente de um acordo entre os partidos da base aliada, que beneficiaria quatro setores: comunicação (que inclui empresas jornalísticas), transportes, call center e cesta básica.

Pela negociação, esses setores teriam um aumento menor das alíquotas.

"É um absurdo poupar esses setores, porque eles não sofrem com concorrência externa. Foram agregados à desoneração da folha por conveniência política", diz Pastoriza, da Abimaq.

Para Ferraz Neto, do Sinduscon, "não dá para entender a lógica de escolha desses setores". Levy se manifestou contrário ao acordo selado no Congresso e disse que nenhum setor deveria ser poupado.

Cinco princípios básicos para qualquer investidor de sucesso

18/05/2015 - Fonte: Wall Street Journal



A economia mundial atravessa um período de bastante instabilidade. Os Estados Unidos desaceleraram no último trimestre. As ações americanas estão caras, a Europa tem dificuldade para decolar. As finanças da Grécia permanecem frágeis. E os EUA logo entram em novo período eleitoral.

Os investidores que estão tentados a vender ativos de risco e correr para um lugar seguro não precisam mais procurar por justificativas. Se você é um deles, porém, faça algumas ponderações: grande parte do que interessa em investimentos envolve princípios básicos e não eventos atuais.

Aqui estão cinco desses princípios:

1. Diversificar para limitar o risco de perdas em um mundo cheio de incertezas. Se há 30 anos, um visitante do futuro dissesse que a União Soviética seria desmantelada, a bolsa de valores do Japão permaneceria estagnada por 25 anos, a China se tornaria uma superpotência e o Estado americano de Dakota do Norte ajudaria os EUA a se tornar rapidamente uma fonte de petróleo, poucos teriam acreditado. Os próximos 30 anos serão igualmente surpreendentes.

Diversificar em vários ativos pode ser frustrante. Isso exige que, em todos os momentos, tenhamos em carteira alguns ativos impopulares.

Por que eu iria ter ações da Europa se a economia está um caos? Por que eu compraria títulos de dívida se os juros estão tão baixos?

A resposta apropriada é: "Porque o futuro pode se desenrolar de uma forma que você ou seu consultor financeiro talvez não possam compreender."

2. Você é seu próprio pior inimigo. O maior risco que os investidores enfrentam não é uma recessão, um mercado baixista, o banco central ou o partido político de oposição. O maior perigo está em suas próprias emoções e tendências e os comportamentos destrutivos que elas provocam.

Você pode ter o maior talento para descobrir boas ações do mundo, capaz de detectar as empresas vitoriosas de amanhã antes de todos. Mas se entrar em pânico e vender durante o próximo ciclo de baixa, nada disso importará.

Não há muitas regras rígidas de investimento, mas uma delas é que nenhum cérebro com enorme poder compensa erros comportamentais. Descubra quais erros você está inclinado a cometer e adote estratégias que limitam os riscos.

3. Há um preço a pagar. O mercado de ações historicamente tem oferecido retornos de longo prazo estelares, bem melhores que o mercado à vista ou de títulos de dívida. Mas há um custo.

O preço de admissão para ganhar esses retornos elevados de longo prazo é uma torrente contínua de eventos imprevisíveis, volatilidade sem sentido e quedas inesperadas. Se você mantiver seus investimentos através dos períodos ruins, você não precisa pagar essa conta: é uma sobretaxa mental, mas é muito real.

Nem todo mundo quer pagar por isso, o que explica porque existem oportunidades para aqueles que são capazes de manter o barco na rota. Há um desejo compreensível de prever o que o mercado fará no curto prazo. Mas a razão das ações oferecerem retornos de longo prazo superiores é precisamente porque não podemos prever o que elas farão no curto prazo.

4. Na dúvida, escolha o investimento com tarifa menor. O lucro dos investidores sempre será o retorno do mercado menos todas as tarifas e despesas. Tarifas abaixo da média, portanto, oferecem uma de suas melhores oportunidades em ter um retorno acima da média. E as evidências não negam: quanto menor os custos, maiores as chances de lucro a seu favor.

5. O tempo é a força mais poderosa nos investimentos. O patrimônio líquido de cerca de US\$ 73 bilhões de Warren Buffett, de 84 anos, é formado quase todo ele de ações da Berkshire Hathaway. As ações da Berkshire subiram 24 vezes desde 1990.

Quase US\$ 70 bilhões dos US\$ 73 bilhões de Buffett foram acumulados em torno ou depois de seus 60 anos.

Buffett é, claro, um investidor fenomenal cujo talento poucos replicarão. Mas a chave de sua fortuna é que ele tem sido um investidor fenomenal por quase 70 anos.

As fortunas crescem exponencialmente – um pouco no começo, depois um pouco mais, e então de forma acelerada para aqueles que investem por mais tempo.

Essa lição – de que tempo, paciência e perseverança produzem efeitos positivos – é algo que nós simples mortais podemos aprender, especialmente os jovens trabalhadores começando a economizar para a aposentadoria.

—Morgan Housel é colunista da Motley Fool.

Inadimplência de microempreendedores atinge 40%, diz governo

18/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

A despeito das comemorações do governo de formalização de 5 milhões de microempreendedores individuais (MEIs), o ministro da Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Guilherme Afif Domingos, admitiu que a inadimplência no pagamento das taxas do programa atinge 40% dos trabalhadores.

Segundo Afif, para reverter essa situação, o governo voltou a emitir carnês para os trabalhadores, o que permitiu que essa inadimplência fosse reduzida em 10 pontos percentuais.

Quando o sistema de emissão de guias de recolhimento era feito apenas via internet, a falta de pagamentos atingia 50%. A confecção de carnês está mais próxima da cultura desses trabalhadores", afirmou.

Ao não pagar as taxas devidas, o microempreendedor individual perde direito aos benefícios previdenciários, como auxílio-doença e aposentadoria.

11 mil brasileiros deixaram seletor grupo de milionários em 2014

18/05/2015 - Fonte: Gazeta do Povo

Quase um milhão de pessoas entrou no seletor grupo mundial dos milionários no ano passado. O número de indivíduos com ao menos US\$ 1 milhão cresceu em 920 mil, atingindo um total recorde de 14,6 milhões.

Foi o sexto ano seguido em que houve elevação frente ao ano anterior, num cenário de alta em alguns mercados de capitais, que ajudou a elevar a riqueza pessoal em alguns países, segundo relatório da consultoria Capgemini e da RBC Wealth Management.

No Brasil, no entanto, o número de ricos caiu. Em 2014, o país tinha 161,2 mil milionários, que juntos detinham US\$ 3,97 trilhões, de acordo com o levantamento. O país responde, assim, por cerca de 50% da riqueza rastreada pela pesquisa na América Latina. A quantidade de brasileiros muito ricos encolheu em 6,4%. Em 2013, o país tinha 172,2 mil milionários.

Inflação do aluguel ganha força em 2ª prévia de junho, mostra FGV

18/05/2015 - Fonte: G1

A inflação calculada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ganhou força na segunda prévia de junho, segundo dados divulgados nesta quinta-feira (18) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). O indicador, que é usado para calcular o reajuste da maioria dos contratos de aluguel residencial, ficou em 0,59%, ante 0,41% no mesmo período do mês anterior.

As maiores influências para a alta do indicador vieram dos preços no atacado dos alimentos in natura, cuja taxa passou de -3,71% para 1,33%, soja em grão (-3,69% para -0,47%), suínos (-6,37% para 6,49%) e minério de ferro (4,09% para 5,45%).

Já entre os preços ao consumidor, foram jogo lotérico, cuja taxa passou de 0,00% para 48,23%, show musical (-7,79% para 5,73%), hortaliças e legumes (3,50% para 6,06%), gasolina (-0,72% para 0,27%) e tarifa de telefone residencial (-0,74% para -0,23%),

Na ponta contrária, caíram os preços de materiais e componentes para a manufatura (1,01% para 0,25%), leite in natura (4,77% para 1,47%), bovinos (1,10% para -0,20%) e cana-de-açúcar (1,09% para -0,22%) no atacado. Para o consumidor, as principais quedas foram em medicamentos em geral (3,95% para 0,48%), roupas (1,13% para 0,22%) e tarifa de eletricidade residencial (1,53% para 0,48%).

Componentes

Entre os componentes do IGP-M, a única desaceleração foi vista no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPA), cuja taxa passou de 0,39%, no mesmo período do mês anterior, para 0,35% este mês. Já a taxa do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) aumentou de 0,3% para 1,67%.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) passou de 0,52% para 0,75%, com aceleração nas taxas de despesas diversas (0,56% para 5,43%), educação, leitura e recreação (-0,49% para 1,06%), alimentação (0,49% para 0,82%), transportes (0,05% para 0,14%) e comunicação (-0,04% para 0,12%).

Na outra ponta, ficaram menores as taxas de saúde e cuidados pessoais (1,56% para 0,78%), vestuário (0,96% para 0,20%) e habitação (0,68% para 0,65%).

Siderúrgica defende seu mercado automotivo da invasão do alumínio

18/05/2015 - Fonte: InfoMoney

Quando a Ford Motor Co. confirmou, no ano passado, que construiria sua picape mais popular usando alumínio, a fornecedora de aço da fabricante de veículos foi pega de surpresa.

Agora, a ArcelorMittal, maior fornecedora mundial de aço para automóveis, construiu uma resposta em duas frentes a esse desafio. A empresa tentará impedir deserções similares de clientes como a General Motors Co., a Fiat Chrysler Automobiles NV e as fabricantes japonesas.

Primeiro, a empresa com sede em Luxemburgo desenvolveu um aço mais leve que é tão forte quanto seus produtos anteriores.

Segundo, incorporou 35 engenheiros a empresas automotivas em todo o mundo para ter menos surpresas em relação às reformulações dos veículos, segundo Brian Aranha, chefe da divisão automotiva da ArcelorMittal.

"Nós vemos a ameaça", disse Aranha, cuja unidade é a mais lucrativa da ArcelorMittal, em entrevista nos escritórios da empresa em Londres. A perda do negócio com a Ford "foi de uma escala suficientemente grande para fazer com que prestássemos muita atenção e ajustássemos nossa abordagem".

O alumínio pesa menos que o aço, reduzindo o consumo de gasolina em um momento em que as fabricantes de veículos são pressionadas pelos limites mais estritos para as emissões. Ao mesmo tempo, é um metal historicamente mais resistente para soldar do que o aço e custa cerca de 30 por cento mais.

Recentemente, contudo, as inovações da tecnologia de soldagem ajudaram a superar alguns desses temores, o que levou à decisão da Ford de construir sua caminhonete F-150 com carroceria de alumínio.

'Fomos surpreendidos'

"A Ford iniciou esse programa há muito tempo e manteve um nível muito alto de confidencialidade em torno dele", disse Aranha. "Fomos surpreendidos".

A ameaça atual para a ArcelorMittal, maior siderúrgica do mundo, é que outras fabricantes de veículos sigam o exemplo. Entre seus clientes automotivos estão a General Motors, a Daimler AG, a Toyota Motor Corp. e a Honda Motor Co., segundo dados compilados pela Bloomberg.

O primeiro passo para responder a esse desafio foi tirar vantagem das "técnicas avançadas de engenharia" para criar um aço mais leve, incluindo novos processos de estampagem a quente e metais soldados a laser, segundo a ArcelorMittal.

Com os novos produtos custando mais, os clientes usariam uma quantidade menor, segundo Aranha. Isso reduz o peso em cerca de 20 por cento por um preço aproximadamente igual. Os novos produtos estão disponíveis atualmente para picapes.

A ArcelorMittal também incorporou 35 engenheiros a fabricantes de veículos e fornecedoras para ajudarem a empresa siderúrgica a ter uma visão dos veículos com possibilidade de serem reformulados.

Veículos mais leves

As fabricantes de veículos não estão automaticamente procurando outra opção para o aço, segundo Aranha. Elas mudam porque acham não têm uma forma de tornar seus veículos mais leves com o aço, segundo ele.

E o trabalho de sua unidade é garantir que os clientes saibam que atualmente existe um aço à disposição que funciona tão bem quanto o alumínio. A indústria automotiva usa cerca de 150 milhões de toneladas de aço anualmente, contra 4,5 milhões de toneladas de alumínio.

"Se você esperar até que seja tarde demais no processo, os designers optarão pela troca fácil", disse ele. "Se eles nos envolverem desde o início, nós daremos a eles uma solução que tem um custo neutro".

Na indústria do alumínio, enquanto isso, muitos estão convencidos de que o futuro está a seu favor.

A Norsk Hydro ASA, fabricante de alumínio que tem entre seus clientes a Audi AG, a Bayerische Motoren Werke AG e a Daimler, está investindo 130 milhões de euros (US\$ 146 milhões) para multiplicar sua capacidade por quatro, para 200.000 toneladas anualmente, a partir do ano que vem, em sua planta de Grevenbroich, na Alemanha. O objetivo é atender a demanda das fabricantes de veículos.

"A tendência é, claramente, uma mudança em direção ao alumínio", disse Svein Richard Brandtzaeg, CEO da Norsk Hydro. "Estamos em uma cooperação próxima com muitas fabricantes de veículos que estão procurando aumentar o uso de alumínio em seus carros".

Novo código mineral prevê tributação variável

18/05/2015 - Fonte: InfoMoney

As alíquotas da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (Cfem), o chamado royalty da mineração, ganharão uma tabela de bandas mínimas e máximas e vão oscilar conforme a variação de preço da commodity no mercado internacional.

Na prática, em períodos como atual, em que o minério de ferro atravessa forte queda de preços, o pagamento da Cfem pelas mineradoras não seria de 4% do faturamento bruto, como defendido pelos municípios mineradores. Hoje, a alíquota é de 2% do faturamento líquido.

A redistribuição dos royalties também vai diminuir a participação dos municípios mineradores em benefício daqueles atingidos de forma indireta, com aumento do tráfego, por exemplo.

A informação é do presidente da Comissão do Novo Marco Regulatório da Mineração, deputado Gabriel Guimarães (PT-MG). Segundo ele, ainda não há definição sobre as alíquotas mínimas e máximas, que são alvos de estudos já em curso.

“Mas é certo que em um cenário como o que vivemos hoje a alíquota não seria de 4% porque as mineradoras não suportariam. Temos que aumentar a alíquota sem prejuízo à competitividade das empresas”, afirmou.

Consenso

O que já é consensual dentro da Comissão é a transferência da cobrança do royalty do faturamento líquido para o bruto, o que pode garantir mais recursos para os municípios. O deputado disse que o Novo Marco Regulatório da Mineração pode ser fatiado como forma de ter sua votação acelerada, embora ainda não tenha prazo para que isso ocorra.

“Nos temas em que há consenso, como a transformação do DNPM em agência reguladora e o modelo de concessão de lavra híbrido, mas que prevaleça o regime de prioridade, vamos adiantar a votação”, afirmou.

Outro ponto pacífico é o rearranjo da distribuição da Cfem. Antes os recursos eram divididos entre município minerador (65%), Estado (23%) e União (12%). Agora, serão 60% para o município, 20% para o Estado, 10% para a União, e outros 10% para municípios atingidos pela mineração.

As propostas, após aprovação interna na Comissão, ainda deverão ser apreciadas pelo Congresso e sancionadas pela presidente.

53% é a retração nas exportações de minério de ferro por Minas Gerais de janeiro a maio deste ano em relação a igual período de 2014.

Fiat dará férias coletivas a 12 mil funcionários em Betim em julho

18/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

A Fiat anunciou que vai dar pela terceira vez no ano férias coletivas aos funcionários em sua fábrica em Betim (MG). Serão atingidos pela medida 12 mil funcionários.

A iniciativa, segundo a empresa, tem o objetivo de ajustar a demanda em queda à produção. Em março e em maio, a montadora já havia colocado 4 mil funcionários ao todo

em férias coletivas, mas desta vez o contingente será bem maior: cerca de 12 mil funcionários ficarão em casa por 10 dias a partir de 1º de julho.

A companhia tem quase 19 mil funcionários em Betim. A montadora até agora diz que com esse recurso tenta evitar demissões por conta da contração do mercado.

Outras montadoras já optaram por demitir pessoal. Os funcionários da nova fábrica do grupo Fiat, que fica em Goiana (PE), não sairão em férias coletivas.

Recessão do mercado de carros chega ao interior

18/05/2015 - Fonte: Valor Econômico

Marcio Nardi, vendedor de uma concessionária da Volkswagen em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, está preocupado com os últimos resultados de sua loja. As vendas "nunca" ficavam abaixo de doze automóveis por mês, mas, agora, com muito esforço o vendedor consegue fazer quatro unidades mensais.

Desde janeiro, dois vendedores e um mecânico já foram demitidos da concessionária, que, na tentativa de melhorar os resultados, tem participado de feirões promocionais e oferecido descontos aos consumidores. Mesmo assim, Nardi reclama que o movimento na loja tem sido fraco.

Ele culpa os altos juros, o rigor dos bancos nas concessões de crédito, o aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e, até mesmo, a "mídia", dada a profusão de notícias negativas sobre a economia que afetam o humor de seus clientes.

Se a conjuntura macroeconômica é difícil, a localização da revenda de Nardi tampouco ajuda. Em Chapecó, o consumo de carros de passeio e utilitários leves como picapes está caindo 38,4% neste ano, pior do que a já expressiva média de 20% do mercado nacional.

A cidade catarinense retrata bem uma crise que, entre tantos retrocessos, interrompeu a expansão do consumo de veículos no interior do país, derrubando um dos pilares do ciclo de bonança que colocou o Brasil entre os quatro maiores mercados automotivos do mundo → em 2015, já caiu para a sétima posição.

Segundo estudo feito pela Escopo, consultoria que mapeia para as montadoras as oportunidades de negócio de norte a sul do país, a demanda por automóveis recua neste ano em 80% das cidades brasileiras. Apenas 20% conseguem, ao menos por enquanto, escapar da crise.

Em 2012, último ano de crescimento do setor, os sinais estavam invertidos: 80% dos municípios cresciam e 20% perdiam vendas. Das grandes cidades, a recessão se irradiou para fora das capitais e atinge hoje todas as regiões do país.

No Nordeste, outrora o Eldorado que prometia taxas de crescimento de dois dígitos, os emplacamentos estão 15% abaixo de 2014, conforme mostram os números de janeiro a maio.

No Norte, que mesmo com o mercado nacional em baixa vinha conseguindo manter a estabilidade das vendas nos últimos dois anos, o recuo é de 6% em igual período (veja infográfico acima). Acre, com alta de 23,2%, e Roraima (2,5%) são os únicos Estados onde o comércio de automóveis está em alta, mas juntos eles representam apenas 0,5% do consumo nacional.

"Já esperávamos que a crise avançaria dos grandes centros urbanos para o interior. Mesmo com o recorde de produção na safra, o agronegócio tem sentido a desvalorização das commodities [agrícolas].

Por um tempo, o desempenho do agronegócio ajudou a segurar a demanda por veículos em grande parte do interior, minimizando a queda da indústria automobilística. Agora, nem isso acontece mais", avalia Marcos Callegari, diretor de projetos da Escopo.

Em Santa Rita do Passa Quatro, no interior paulista, apenas 15 veículos foram emplacados neste ano. Segundo o consultor, a tendência é que a derrocada do consumo de carros se espalhe ainda mais e atinja mais 90% das cidades brasileiras até o fim do ano. Ele conta que constatou em seu levantamento uma situação que classifica como

"Velho Oeste" em alguns municípios.

Entre eles, cita Santa Rita do Passa Quatro, do interior paulista, onde apenas 15 veículos foram emplacados neste ano. "Na última década, as vendas em Santa Rita ficaram numa faixa de 300 a 400 veículos por ano", diz.

No embalo de sucessivos recordes nas safras de grãos, crescimento econômico, melhor distribuição de renda e expansão do crédito → inserindo um grande contingente de consumidores nesse mercado →, a motorização chegou a novas fronteiras no país.

Isso ajudou não apenas a sustentar nove anos consecutivos de crescimento das vendas de veículos no Brasil, como também permitiu equilibrar o mercado no momento em que os grandes centros de consumo → como São Paulo e Rio de Janeiro → passaram a puxar para baixo os resultados da indústria.

Em doze anos até 2012, quando o setor praticamente triplicou de tamanho, a concentração das vendas de automóveis em municípios com, no máximo, 200 mil habitantes subiram de 28,2% para 34%, ao passo que a parcela correspondente a cidades com mais de 1 milhão de moradores recuou de 45,6% para 37,3%.

Agora, as cidades menores → como Campo Verde, no Mato Grosso, onde o consumo de carros caiu 22% → passam a acompanhar a constrição das vendas que já estava em curso nos grandes centros urbanos.

O resultado da combinação é o pior resultado da indústria automobilística, tanto em vendas como em produção, dos últimos oito anos. Só na cidade de São Paulo, maior mercado do país, as vendas caem 18,7% neste ano.

De janeiro a maio, os paulistanos compraram 22 mil carros a menos do que igual período de 2014. Em Belo Horizonte (MG), segundo mercado, e no Rio de Janeiro (RJ), terceiro, o recuo em 2015 é de 14,4% e 19%, respectivamente. Já em Brasília, esse comércio mostrou redução de 18,5% até maio.